

## ESPAÇO E NAÇÃO\*

Graciela Montaldo  
Universidade Simón Bolívar

### Produzir o espaço

“A física experimental pode ser comparada, em seus bons resultados, com o conselho daquele pai que, ao morrer, disse a seus filhos que havia um tesouro oculto em seu campo, mas que não sabia em que parte. Seus filhos puseram-se a lavrar; não encontraram o tesouro que buscavam, mas fizeram naquela temporada uma colheita abundante que não esperavam.”<sup>1</sup> Quando Denis Diderot relata a fábula de Esopo não quer só contribuir com um problema de educação moral da humanidade através do trabalho. Seus propósitos são mais amplos. Num sentido, mapeará as grandes questões que se abrem na cultura ocidental com a progressiva consolidação e expansão do capitalismo e sua lógica instrumental. Diderot inicia sua fábula com uma reflexão que poderia ser pensada como o moral de seu relato: ciência e natureza estreitam ou entrelaçam seus domínios, e o ser humano permanece entre elas como o elo que, por meio de seu trabalho, fará essa relação não só possível, mas também produtiva para toda a sociedade.

A ciência e a técnica estarão estreitamente ligadas à natureza com o avanço do capitalismo e, portanto, não há idéia de “civilização” que não se assinale na zona intermediária, na qual ambas se sobrepõem e dissimulam. Civilização, natureza, cultura não são apenas termos que descrevem “estados”; pelo contrário, são, na definitiva nova configuração mundial do século XIX, os opostos que melhor compõem um dos meta-relatos para interpretar a ordem de culturas geradas com a Ilustração. A América Latina no século XIX é um território em que as zonas intermediárias proliferam, e precisamente por isso o meta-relato opera sobre a discursividade de seus letrados, dando origem às radicais batalhas discursivas – políticas – sobre os sentidos de civilização e barbárie, quando começam a forjar-se os primeiros mitos de emancipação e nacionalidade.

A Independência é condição para a possibilidade dessa batalha (assim como a nova ordem imperial havia sido condição para a possibilidade da Independência), e o estado de guerra generalizado é também o estado nômade dos territórios, bem como os sentidos sobre as identidades de homens e mulheres. No extremo sul do continente, a batalha pelo território

\* Publicado em *Estudios*. Revista de Investigaciones Literarias. Año 3, n. 5. Caracas: jan-jun, 1995, p. 5-17. Tradução de Eduard Marquardt.

<sup>1</sup> DIDEROT, Denis. *Sobre la interpretación de la Naturaleza*. Barcelona: Anthopos, 1992, p. 45.

foi mais tardia que no centro do Império, e por isso adota uma forma típica da modernidade do século XIX, a exploração científica e a luta técnica. No imaginário da Colônia e no dos primeiros construtores da Independência, esses territórios eram um extremo, estavam sempre "além": eram o limite para se passar "a outro lado", eram a forma de se atravessar os desertos, planícies e lhanuras vazias (de gente, de riquezas), para se poder chegar aos tesouros que outros mitos situavam e localizavam na cordilheira dos Andes ou em zonas imprecisas, então pouco conhecidas. Ainda se pensava que as riquezas, antes de serem produzidas, deveriam ser buscadas, e o sul, à primeira vista, era o território do nada. A dificuldade para acessar essas zonas, as distâncias, os escassos atrativos manifestos fizeram esses espaços serem tardiamente incorporados ao Império e, além disso, sem uma sistemática política de anexação e colonização; uma espécie de pacto implícito dava a entender que as terras que rodeavam a cidade de Buenos Aires não tinham dono, e não havendo políticas de anexação sobre elas, estavam mais ou menos livres a quem até ali se aventurasse. Em sentido preciso, essas terras ainda não eram espaço, de modo que a sua propriedade tinha diferentes instâncias de legitimidade: nominal (o governo de Buenos Aires), de fato (os índios), colonizadora (galeses e ingleses nas estâncias da Patagônia). Entre a falta de territorialidade durante a Colônia, mais tarde a guerra dos índios e depois o *laissez-faire* de governos republicanos, até a constituição do Estado argentino na década de 80 essa terra não pertencia a ninguém, não era propriedade e, portanto, seu estado era a natureza.

A natureza é um tema central dos debates filosófico-políticos dos séculos XVIII e XIX. As revoluções, e a nova ordem mundial que elas configuraram, colocam no centro do debate a propriedade e a legitimidade dos espaços. Com a expansão territorial dos impérios, a natureza se constrói como entidade externa ao sujeito e, portanto, é objeto de conquista, lugar para ir e controlar. Deste modo aparecem, no imaginário europeu, América do Sul e África, e assim também Austrália e o Pacífico: por um sistema de produção da territorialidade e da identidade alheia em meio à expansão imperial-comercial, que permitem visualizar um mapa compacto de propriedade e exploração. Pois, como demonstrara antecipadamente David Viñas:

"Neste sentido, resulta exemplificadora a leitura dos mapas de 1880, nos quais aparecem os chamados *espaços vazios*: a designação que mais se repete é a de 'selva' ou 'terras virgens', já se tratando da Patagônia — um gigantesco vazio —, o sul do Sudão ou o pé do Himalaia".<sup>2</sup>

Progressivamente, esses vazios serão, cada vez mais na textualidade do período, o mundo, e será o mar — pouco a pouco menos inseguro — o que se retrair-se-á frente à terra conhecida. Neste contexto, aqueles lugares

<sup>2</sup> VIÑAS, David. *Índios, ejército y frontera*. México: Siglo XXI, 1983, p. 72. Este livro precursor, um tanto condensador, foi um grande estímulo para se escrever este artigo.

do planeta que careciam — com exceção da Índia, por exemplo — de culturas enraizadas na terra, com civilizações urbanas altamente organizadas, converteram-se em espaços indecisos nos quais não resultavam — como nos outros — inevitáveis as máquinas de guerra, e nos que se podiam ensaiar outras estratégias. A ciência natural (as expedições), a economia (as relações comerciais) e a estética (o romantismo) são parte dessas estratégias para se provar a produtividade dos novos espaços, ou seja, para produzi-los.<sup>3</sup> E, de fato, certos territórios, como o sul da Confederação Argentina, não se construíram como espaço senão no século XIX, primeiramente pelos interesses conjunturais do império britânico em expansão, e mais tarde pela constituição do estado argentino, voltando o espaço a essa territorialidade através do saber e da guerra, simultaneamente.

É precisamente neste ponto que se situa a relação de *escalas* com a qual se começa a mover a nova espacialidade do século XIX, tal como indica Smith para o capitalismo. Das três escalas primeiras, espaço urbano, estado-nação e espaço global, é a aparição desta última que redimensiona a cartografia simbólica do XIX. Não são somente os produtos que buscam novos mercados, não são somente os direitos universais que se despregam perante os olhos dos intelectuais europeus, são *os outros*, num sentido ainda difuso mas materialmente verificável, que dão nova forma ao espaço comum, de todos. Colocar a dimensão das escalas na experiência significa, então, colocar-se na dimensão do Outro para se definir as identidades. Sem dúvida, e como afirmam os últimos trabalhos sobre a espacialidade, a luta por espaço é agudamente política. E esse uso político abarca todas as dimensões. Para precisar alguns sentidos, indica M. L. Pratt: "Europeu significa: letrado do Norte da Europa. 'Natureza' significa, perante tudo, regiões e ecossistemas que não estavam dominados pelos 'europeus', entretanto muitas regiões de entidade geográfica conhecida como Europa eram inseridas".<sup>4</sup> Uma nova classe de consciência planetária está surgindo para os europeus, e a vasta textualidade de von Humboldt será um umbral desse "novo mundo" outra vez redescoberto, uma escritura do visível e invisível dos territórios que outra vez passarão ao estatuto do Novo Mundo.

Qual é o novo interesse nos novos territórios do sul, afastados de todo desejo aos impérios anteriores? O que conseguem prometer e como se constroem? Não havia — não parecia haver — nesses territórios as riquezas que constituíram a velha ordem econômica (metais, fundamentalmente) e, além disso, estavam muito afastados das metrópoles, às quais resultariam rentáveis. Todavia, no trânsito dos fins do século XVIII ao XIX, essas terras (que pareciam o lugar em que a humanidade estava em trânsito: os índios e

<sup>3</sup> O termo é de grande parte da bibliografia sobre a nova espacialidade, mas se desenvolveu sistematicamente em SMITH, Neil: *Uneven development. Nature, capital and the production of space* (Oxford: Basil Blackwell, 1990).

<sup>4</sup> PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes. Travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992, p. 38.

os gaúchos eram nômades; os sábios e viajantes atravessavam para estudar, medir, pesquisar) são percebidas como futuros assentamentos tanto de matérias-primas como de "consumidores". A tradição, nesse trânsito, definiu esses espaços como desertos, esvaziando-os primeiro para apropriar-se deles depois; mas, pelo contrário, as "nações" que ali havia eram múltiplas e, portanto, também múltiplas eram as leis, as línguas e os costumes. Contudo, esses territórios sem leis e instituições ocidentais – o Estado ainda não se havia constituído – não existiam, pois não pertenciam, segundo a lei, a ninguém. Se é a lei o que corrobora a propriedade, sem a lei comum do Estado esses territórios não têm donos. Se o território não tinha dono, então a guerra era a prática, única instituição e lei de formas e relação entre os diferentes grupos. Isto era o que acontecia, efetivamente: bandos de índios, de colonos, facções efetivavam a guerra contínua para ocupar um espaço, um território, e por isso estavam continuamente rompendo fronteiras.<sup>5</sup>

### Ver e medir

Nem mesmo no século XVIII, após uma longa tradição de ignorância, o que hoje é a República Argentina resultara um espaço que chamava a atenção, pois era o além de toda a barbárie, o limite no qual toda cultura se esvaziava. Mas o século XVIII é um limiar sobre o qual se vai afiançando a importância estratégica e comercial do sul. Foi, então, sobre a opinião generalizada de deserto que os políticos trabalharam as leis, as instituições, a economia e, basicamente, construíram um país: a cidade de Buenos Aires, contra o restante das hegemonias provinciais, idealizava uma república que estabelecia uma luta por constituir o Estado sobre as guerras entre cidades (Buenos Aires e as cidades do interior) que pontuavam um território estranhamente vazio ou, melhor, desconexo, sem relações de continuidade; entre as cidades não havia nada. Várias práticas discursivas – notadamente a da lei e da literatura – servirão para reinterpretar o território, o espaço, outorgar novos sentidos e, desde a postulação da nacionalidade, criar um espaço inexistente pelos domínios da soberania nacional oscilante, até que, em 1879, com a Conquista do Deserto, se estabelecerão as fronteiras. Construir o Estado é desenhar um novo mapa (ir deslocando as fronteiras em direção ao sul), e para se produzir esses territórios necessita-se da constituição do Estado. Se por um lado essa operação estatal (correlativa à do imperialismo inglês) significa produzir um território próprio (contra os colonizadores ingleses que se assentaram na Patagônia desde o século XVIII), por outro, significa (e significou historicamente) a colonização de um território alheio, o dos índios, sobre o qual se exerceu toda a violência de uma conquista imperial. Cristaliza-se, neste contexto, uma certeza que retorna como necessida-

<sup>5</sup> Viñas trabalha as máquinas desiguais de guerra nos desertos argentinos do século XIX, defendendo os bandos índios e brancos, o roubo, a expropriação, a rapina mútua. Articula também a questão das fronteiras móveis ou em trânsito.

de política: tem-se de pesquisar, conhecer, atravessar o território — operações que garantirão o domínio definitivo —. Essas terras, a princípio de ninguém, parecem estar disponíveis no século XIX para a nova ordem econômica, que não requer apenas novos mercados para a expansão imperial, mas também modernos estados que sejam capazes de produzir e comercializar suas matérias-primas.

Colocar-se na perspectiva do século XIX é ver como se desenha esse território que devia ser demarcado; deste modo, a descrição se converte em ação prioritária porque o saber sobre o terreno proporcionará os instrumentos mais adequados para conquistá-lo. Como assinala Edward Said, “Em um nível básico, imperialismo significa pensar em ocupar, controlar a terra que não se possui, que está longe, e na qual outros vivem e outros são proprietários”.<sup>6</sup> Daí que a centralidade de todas as estruturas espaciais e os sistemas de medição e produção da propriedade sobre os territórios, que pôs índios e gaúchos assentados na Patagônia, era o que a ingleses e portenhos faltava: o conhecimento de seu próprio território. Essa luta desigual se define, então, pelo saber.

A Confederação Argentina, o governo, os sábios, os aventureiros, a literatura, a ciência e a lei chamaram, todos, a essa terra de ninguém que se estendia em direção ao sul, ao norte e ao oeste do centro de Buenos Aires, o deserto. Essas terras nomeadas com tanto consenso requererão, todavia, antes da apropriação definitiva, uma exploração material como a que fizeram os conquistadores ao chegar na América. Nesse sentido, a República Argentina (na realidade os territórios do extremo sul: o mapa abaixo de La Paz até os fins desconhecidos do pólo) foi descoberta no século XIX, e tanto crioulos como estranhos deram-se à exploração. Essa exploração pouco tem a ver com as demarcações do século XVI na América Central. Os exploradores estão agora providos de um discurso autônomo — o da ciência — e de inumeráveis instrumentos para acessar o enigma do território e colocar ordem sobre o real.<sup>7</sup> Os sábios, os viajantes — que formam uma figura dos fins do século XVIII e princípios do XIX, combinando a atividade científica com a política e a militar — cruzam, em condições não menos precárias que as caravelas de Cristóvão Colombo, esses territórios desconhecidos que percorrem como uma extensão do mar, onde não encontrarão menos perigos.<sup>8</sup> Foram os ingleses, particularmente, os que mais ansiosos por territórios (depois das falidas invasões de 1806 e 1807 ao Rio da Prata) decidem provar a via exploratória que tanto prometia desde as expedições do século XVIII.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York: Alfred A. Knopf, 1993, p. 7.

<sup>7</sup> “Desde fins do século XVII, relógio, bússola, astrolábio e sobretudo lunetas, formam parte do necessário para um turista bem aparelhado.” CORBIN, Alain: *Le territoire du vide. L'Occident et le désir du rivage 1750-1840*. Paris: Flammarion, 1988, p. 59.

<sup>8</sup> O relato do mar é o modelo do viajante e o prólogo do relato de viagem pelo pampa. Chegam, quase todos, a barco ao porto de Buenos Aires. Vêm primeiro a cidade, conseguem um cavalo e partem a es-se outro mar, o pampa, igualmente desconhecido.

<sup>9</sup> A expedição que o capitão Fritz fizera em 1832 e que levava Darwin entre a tripulação.

A ética imperial é simples: impõe a imagem de uma natureza a conquistar; o homem deve ajudá-la a liberar suas riquezas e a civilização deve ser levada em direção aos povos bárbaros.

Essas explorações foram registradas em relatórios, livros. A cultura argentina conhece os autores desses textos como "os viajantes ingleses", que deixaram uma quantidade de testemunhos sobre os mais diversos aspectos da vida "nos pampas", durante todo o século XIX. A esses viajantes e exploradores (europeus em geral) somaram-se pouco depois, contratados pelo governo argentino em sua busca de estabilização das fronteiras, outros sábios e cientistas que também tinham como tarefa pesquisar, ver e medir a terra de ninguém. Uns e outros (e também, por certo, os que logo virão, uma vez constituído o Estado, para codificar o saber nas Universidades e Academias) compreendem vários objetivos: buscar possíveis riquezas minerais nos Andes (especialmente no Chile), ou demarcar o pampa, plano e infinito, em múltiplas parcelas que nomeiem e legalizem a propriedade sobre a terra, e produzam as novas riquezas agrícolas do sul.

A extensão sem limites (quer dizer, sem nenhuma marca, sequer natural, que ordenasse e fixasse o espaço) e a falta de população definem os conteúdos dessa palavra com a qual se chamou, durante quase todo o século XIX, às planícies em abandono, acessadas após as últimas casas da cidade de Buenos Aires, criando assim uma paisagem: o *deserto*.<sup>10</sup> A idéia de vazio, de nada, na verdade se refere melhor a essa terra de ninguém, sem lei nem propriedade, que exige, como contraparte, a constituição do Estado e da Nação, que será a garantia de limite, ordem e lei. Efetivamente, será o Estado Nacional quem dará ao país, às múltiplas "nações", que conjuntural e belicamente conviviam nesses territórios, um desenho de suas fronteiras. O Estado cria o mapa e o mapa cria a nação. Quando as fronteiras estiverem delimitadas, os sentidos, e portanto as identidades, serão finalmente normalizados.

Usa-se a palavra "deserto" como termo técnico somente para médias. É verdade que esses territórios "não têm nada"; não só não há colonos (não há propriedade sobre a terra, pois a propriedade é exercida sobre o gado), tampouco há animais, árvores, água, acidentes geográficos. O pampa, o deserto, é assim um território monótono, em que linhas não podem ser traçadas, cercas não podem ser construídas, e muito menos sobreviver. Não há viajante, desde Darwin até Munster, que não descreva essas extensões sempre idênticas àquelas em que são incapazes de se orientar sem ajuda de bússolas ou guias. Essa característica produz, além de uma certa

<sup>10</sup> Em relação à paisagem, concebida como uma construção, W. J. T. Mitchell sugere, em "Imperial landscape", a seguinte "tese": "A paisagem é um meio de intercâmbio entre o humano e o natural, o si mesmo e o outro. Enquanto tal, é como o dinheiro, bom para nada em si mesmo mas expressivo de uma reserva potencialmente sem limites de valor". Em: MITCHELL, W. J. T. (ed.) *Landscape and power*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.

beleza registrada esporadicamente por alguma descrição paisagística<sup>11</sup>, o terror do outro, a depressão que não se pode enfrentar, desde nenhum conhecimento prévio (os acidentes topográficos que a geografia codificou, as paisagens que os artistas topógrafos mostraram). O negativo vinculado à monotonia das planícies é um valor antigo. Segundo o excelente livro de Alain Corbin sobre as paisagens das ribeiras<sup>12</sup>, desde a Bíblia os espaços abertos são condenados, pois se identificara, desde então, os limites dos territórios (o paraíso, a terra). Colocar limites, na apropriação dos espaços alheios, é a forma tradicional da sedentarização e, no século XIX, do imperialismo. Daí que essa monotonia sempre tenha sido vista como um demérito.<sup>13</sup>

Todavia, o que se chama "o deserto" não é tal. Nos relatos dos viajantes (mas também nos dos nativos, *La Cautiva* de Echeverría e o *Facundo* de Sarmiento são os exemplos), esse território de ninguém que os exploradores cruzam uma e outra vez a cavalo está cheio de gente. É o território dos nômades; mas não somente deles. Nessa terra que, vista em detalhe (vista, na verdade, com os olhos do saber do guia, nativo), tem pequenas lombas, lagoas, centenas de rios, salinas, montanhas, vales e bosques, as gentes não cansam de mudar-se ou tratar de se estabelecer. Curiosa variedade perambulando por algo chamado deserto, ali vemos negros, irlandeses, mulatos, italianos, galegos, nativos, galeses, índios de diversas tribos inimigas entre si, que fazem, sobre esse território, quantidades de transações, intercâmbios comerciais, lingüísticos, culturais, chamando a atenção a freqüência e fluidez destes tratos, descritos por quase todos os estrangeiros que no século XIX escreveram sobre o pampa.

Se o território não urbano é deserto, o é primeiro pela dificuldade relativa para encontrar água e, portanto, fazer a terra produzir; mas é deserto mais precisamente por não ter os traços de demarcação das parcelas que garantem a propriedade. Se no pampa não se tem de transportar os alimentos (o gado está sempre "ali") e o domicílio está situado sobre o lombo do cavalo, trata-se então de uma outra realidade para a sobrevivência e a propriedade. O deserto é, paradoxalmente, a propriedade do nômade, do bárbaro por definição; daí que as distâncias e a velocidade sejam seus vetores. Sem dúvida, os europeus não podem ver nada nesta dimensão, mas chegam dispostos a fixar, marcar, traçar e delimitar; suas viagens nunca são turísticas, têm um caráter de missão para reconverter o território, usando um novo saber.

<sup>11</sup> Cf. FRANCO, Jean: "Un viaje poco romántico: viajeros británicos hacia Sudamérica, 1818-1828". Em: *Escritura*, n. 7, 1979.

<sup>12</sup> CORBIN, Alain. *Op. cit.*

<sup>13</sup> "Todos os viajantes enfatizam a infinida insipidez da paisagem holandesa; alguns lamentam sua monotonia." CORBIN, Alain. *Ibidem*, p. 48. O mesmo sucede com os que viajam ao pampa: a paisagem é ir-relevante, monótona.

## O saber do outro

Desde a expedição de La Condamine em 1735-36, os cientistas-viajantes chegam na América com missões específicas. As Sociedades Científicas (geográficas, botânicas) européias eram, em alta escala, instituições ligadas a poderes estatais ou econômicos, de modo que a investigação geográfica e botânica era uma das formas privilegiadas de apropriação do território alheio através do traçado de limites, constituindo assim os avanços do império, pois colocavam esses "novos" territórios na escala mundial, dando-lhes espaço no plano do mundo.<sup>14</sup> As sociedades mais importantes, a Royal Society de Londres e a Academia de Ciências de Paris, comandam no século XVIII todos os conhecimentos científicos; fundadas no século XVII, vão reconvertendo o saber científico em favor dos interesses dos estados modernos.<sup>15</sup>

Dois viajantes ingleses no sul, entre os primeiros, destacam-se por seu olhar sobre o espaço, a política e a cultura. A pressa que ambos têm em percorrer as longas distâncias pampeanas, que desde o mísero porto de Buenos Aires os separam das minas chilenas — que têm intenção de pesquisar e explorar —, não se vê detida senão pela negligência dos nativos, que com sua lentidão sabem apenas obstaculizar a ansiedade dos viajantes. Ambos, o capitão Francis Head e John Miers, viajam de Buenos Aires em direção à província de Mendoza, nos inícios da década de 1820.<sup>16</sup> Head e Miers não são "cientistas puros"; combinam esta atividade com a aventura econômica. Ambos arriscam sua vida (que asseguraram em Londres) e propriedade na exploração do território. A pressa com que picam os cavalos e apuram os chefes de cavalaria parece se corresponder com certa ansiedade econômica, mercantil, frente à possível exploração dos vastos e férteis territórios que atravessam; não são, neste sentido, os viajantes clássicos, dispostos a desfrutar do que vêem; pelo contrário, são homens de negócios que modernamente já não têm tempo a perder. Devorando léguas, Head e Miers parecem vislumbrar a grandeza econômica dessas terras que se apresentam, em sua extensão, sem dono, pois ninguém está interessado em explorá-las. A idéia de progresso é uma reflexão obrigatória perante cada acontecimento do, por momentos, aborrecido reconhecimento do terreno: aborrecimento e monotonia que se experimentam por igual perante a paisagem, os habitantes, os costumes, as cidades, a economia. Ambos "vêem" adiante um gran-

<sup>14</sup> Propósitos como o da expedição de La Condamine corroboram: a expedição preparada por acadêmicos franceses consistiu em obter dados precisos sobre a correspondência dos valores angular e linear de duas posições meridionais em dois lugares afastados da Terra, Lapônia e o vice-reinado do Peru, ou se-ja, criar a dimensão científica do mundo.

<sup>15</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Las palabras y las cosas*. Barcelona: Planeta, 1964.

<sup>16</sup> HEAD, Capitán F. B. *La pampa y los Andes. Notas de viaje*. (*Rough notes taken during some rapid journeys across the Pampas and among the Andes, 1826.*) Buenos Aires: Administración General Vaccaro, 1920 e MIERS, John. *Viaje al Plata 1819-1824*. (*Travels in Chile and La Plata, 1826.*) Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968.

dioso porvir, pensam a dimensão temporal desse espaço que atravessam.<sup>17</sup> Constrói-se com ambos textos uma territorialidade (mais natural e paisagística em Head, mais épica em Miers) que poderia ser fixada no tempo, uma espacialidade que poderia ganhar condição histórica através das mudanças que o progresso introduziria.

O capitão Head, relativista moderado, não deixa de se surpreender frente, por exemplo, ao modo “adaptado às circunstâncias” que o país tem de se elaborar, que a ele parece tão estranho. Todavia (e apesar do autoritarismo manifesto em várias cenas frente aos crioulos e crioulas), reconhece a alteridade de um espaço que deve ser reconvertido pelo saber ocidental-mundial:

“(…) mas isto expressa somente [em relação às distâncias] nossa idéia imperfeita e provavelmente equivocada; pois, ainda que tenha passado alguns meses nos Andes, as distâncias sempre me enganavam, e resultava que meu olhar era completamente impotente para estimar proporções a que nunca havia estado acostumado (...)

“Acreditava-se, pela descrição do rapaz, que o país que atravessávamos era montanhoso, pois falava de cêrros e vales que eu não via; mas os gaúchos dividem suas planícies em lombas e depressões que ninguém senão eles distingue”.<sup>18</sup>

John Miers não se perde menos na maranha do território dos gaúchos: “Não pude julgar a distância real. Levava comigo o melhor mapa inglês, mas não trazia informação alguma sobre o caminho proposto e tinha, além disso, tantos erros em outros pontos que pouco adiantava”.<sup>19</sup> Daí os imprevistos que supõem que sua esposa dê à luz ao pé da cordilheira, que seus gastos se multipliquem várias vezes e que possa caminhar diariamente menos do que se havia proposto. Seu saber, no pampa, fracassa, e a escritura de seu livro assim o manifesta: ser útil aos próximos viajantes, dar fatos “fiéis”. Miers olha para o território e para os habitantes desde uma identidade abismal, daí seu profundo desânimo porque ninguém os vê, ninguém sente curiosidade perante sua caravana, ao atravessarem um povoado ou uma cidade. Vê nisso um demérito dessa gente entregada à barbárie, e se rebela contra esse outro que se volta a ele — que leva a civilização — invisível. Assim julga, por exemplo, a forma de ataque índio (o homem montado na pança do animal) uma forma de covardia e não de estratégia daquele que só tem seu corpo e seu cavalo para enfrentar as armas de fogo, por exemplo. O território de Miers tem gente, mas está igualmente vazio; sua forma de produzi-lo é a da semiciência, o registro exato e minucioso de

<sup>17</sup> Como os viajantes posteriores, ambos escrevem, na realidade, relatórios para os que, com intenções econômicas, se aventurarem mais adiante por esses territórios.

<sup>18</sup> HEAD, Capitán F. B. *Op. cit.*, p. 137 e p. 161.

<sup>19</sup> MIERS, John. *Op. cit.*, p. 34.

cada légua que percorre com os reforços, as pegadas e os caminhos que tem de atravessar.

Sedentarizar, medir, contabilizar são as atividades produtivas do avanço imperial. Povoar (o filho de Miers nasce na terra) será a promessa para o futuro: a imigração necessita primeiramente da ordenação do espaço. Head, por sua vez, chega a uma conclusão semelhante por outra rota; se a imigração – que ele desaconselha nesse momento – não tem ainda as condições para se assentar, todavia, não deixa de se perguntar pela finalidade de “civilizar” esses territórios. A dúvida que se coloca é a acerca da necessidade de se fazer ingressar essas terras na ordem capitalista, pois não deixa de admirar essa gente que não produz mais porque não tem necessidade de mais nada. O território de Head parece confirmar os centros de produção, deixando o pampa e o deserto como os espaços vazios do capitalismo, como se houvesse a possibilidade de buracos de alteridade no mundo administrado, e não unicamente como espaços a conquistar.

No outro extremo dessa textualidade, que esvazia o espaço e cria territorialidade, encontra-se Alfred Ébélot, um engenheiro francês contratado pelo Ministro da Guerra de Avellaneda, Adolfo Alsina, e logo depois pelo general Julio Argentino Roca, para fazer um relevamento topográfico do pampa, quando se está levando a cabo a eliminação total dos índios através da guerra de fronteiras. Ébélot diz claramente em seus relatórios, publicados na França<sup>20</sup>, que a conquista do deserto é uma guerra pelo território, e que o maior terror dos índios era os instrumentos dos topógrafos: “Com efeito, os índios sentem um tradicional e sagrado horror por tudo o que significa medição de terras. Para eles, o agrimensor é o objeto de um ódio superpicioso (...)”<sup>21</sup> Essas medições poderiam ser pensadas como “minirituais de cientificidade”, como formas miméticas dos viajantes e sábios imperiais sobre os rituais mágicos dos índios, através dos quais têm a garantia de seu domínio; a aparição da cientificidade (cada novo instrumento surge para a apropriação do outro e sua dominação) seria a equivalência científica da magia.<sup>22</sup> A medição é sempre um limite, e os índios o sabem: “Consentiram que tirássemos sua fotografia, mas de nenhuma maneira deixaram medir seu corpo e, sobretudo, sua cabeça”, afirma o Perito Moreno em 1879.<sup>23</sup> Ébélot é um fremente defensor da “solução final” com os índios e percebe bem o que é que está jogando em cada batalha com os caciques das tribos, daí sua insistência na cientificidade da Conquista do Deserto.

<sup>20</sup> Trata-se dos artigos aparecidos em *Revue des deux mondes* entre 1876 e 1880, depois de seu trabalho topográfico no pampa argentino.

<sup>21</sup> ÉBÉLOT, Alfred. *Relatos de la frontera*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968, p. 42.

<sup>22</sup> Nos sugere essa hipótese o livro de TAUSSIG, Michael: *Mimesis and alterity. A particular history of the senses* (New York and London: Routledge, 1993), no qual se desenvolve a idéia da faculdade mimética que renasce na modernidade com as máquinas de reprodução. Atualmente, natureza, história, faculdade mimética e história colonial são – em sua hipótese – inseparáveis: uma rua de mão dupla.

<sup>23</sup> Em: *Viaje a la Patagonia Austral 1876-1877*. Citado por VIÑAS, David: *Op. cit.*, p. 229.

Ao final do século, Ébélot descreve a conclusão desse processo. Do interesse mineral passou-se abertamente à exploração de gados e pastagens e à ênfase no comércio exterior. Rios navegáveis, ferrovias cruzando o antigo deserto, estâncias alambreadas são os elementos do Estado Nacional, as ordens impostas ao território que foi ganho metro a metro, a cultura e propriedade dos outros (os índios), mas também com a irrecusável participação dos exércitos de outros (os gaúchos) e o estímulo, ajuda, ordem e saber de outros (os europeus), que mediram e descreveram minuciosamente cada alqueire, antes e após os exércitos. Faltava apenas, nessa planície milimetrada, a chegada dos imigrantes que, providos de sua alteridade, vieram a constituir a nação.

A escritura destes viajantes faz parte de uma tradição da época que inclui os artistas topógrafos, os cientistas, os viajantes solitários em busca de aventuras, o artista frente à natureza e, inclusive, a nova prática dos habitantes urbanos que "redescobriram" a natureza através do múltiplo material de divulgação (guias para se desfrutar dos ambientes rurais, manuais de jardinagem). Mas não só se inserem ali, numa tradição que iniciada com Jean-Jacques Rousseau, expandiu-se para diferentes formas cultas e populares, gerando ainda uma nova literatura de "descobrimento", intervindo ativamente na produção de territorialidades numa cultura cada vez mais mundializada, e completando, como assinala Viñas, a conquista empreendida no século XVI, garantia e paradigma das novas empresas. Essa tradição que excede a expansão da cultura ocidental e que chega ressignificada, até fins do século XX, desencadeia outras perguntas sobre a identidade. Que tipo de imediatez quebra a "barbárie", a presença do Outro? Que relação postula com a identidade para tornar a traçar as fronteiras culturais e espaciais? Em fins do século XVIII e princípios do XIX a questão do território teve uma centralidade tal que recodificou espaços e discursos acerca do outro, variando os limites ao ampliar as escalas e criando novos meta-relatos que construirão as novas populações americanas.